

Royalties do Petróleo na Educação Pública no município de Niterói/RJ **Mirella Micaella Giro e Heber Silveira Rocha**

Resumo simples

A pesquisa analisa a aplicação dos royalties do petróleo na educação pública de Niterói, entre 2018 e 2021 e 2022-2025. A relevância do estudo está na importância desses recursos para os orçamentos municipais e seu potencial de fomentar o desenvolvimento social. O objetivo geral é analisar como os investimentos derivados das compensações financeiras contribuíram ou não para o desempenho do Índice do Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) das políticas públicas de educação. A metodologia adota uma abordagem mista: análise documental dos PPA's e dados do Tribunal de Contas, complementada por revisão bibliográfica sobre políticas públicas e o referencial de Desenho de Políticas Públicas. Os dados foram coletados em portais de transparência e órgãos municipais. Como resultado parcial, destaca-se a atuação da Secretaria Municipal de Educação de Niterói, central na execução do PPA 2018–2021 e 2022-2025, especialmente no programa “Cidade Científica e Tecnológica”. Observa-se, entretanto, uma discrepância entre o volume de recursos aplicados e os resultados obtidos. Em 2024, o IDEB nos anos iniciais foi de 5,0, abaixo da meta de 6,1, apontando desafios estruturais e a necessidade de políticas mais integradas para gerar impactos concretos na aprendizagem.

Resumo expandido

Este trabalho acadêmico tem como tema a análise do impacto dos investimentos dos *royalties* do petróleo na educação pública do município de Niterói. Os *royalties* do petróleo representam uma fonte essencial de recursos para os orçamentos municipais, sendo fundamental compreender como esses recursos são aplicados, especialmente em áreas prioritárias como a educação, para garantir o desenvolvimento social e econômico local. A relevância deste estudo está justamente na necessidade de avaliar a utilização adequada desses fundos, buscando assegurar que atendam aos interesses da população, dentre eles a melhoria nas condições educacionais.

A pesquisa baseia-se na análise das compensações financeiras advindas da exploração petrolífera, especificamente sobre os recursos destinados à educação, e no funcionamento do Fundo de Equalização de Receita instituído pelo município de Niterói. O objetivo geral consiste em analisar os impactos dos investimentos oriundos dos *royalties* do petróleo na educação pública do município, tanto, os objetivos específicos envolvem a análise da relação entre as políticas públicas educacionais implementadas e o desempenho do IDEB.

A metodologia adotada é de abordagem mista, combinando análise documental dos PPAs e dos dados do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, com revisão bibliográfica sobre políticas públicas educacionais. Os dados foram coletados nos portais de transparência do município, na Secretaria da Fazenda Municipal de Niterói, e no Tribunal de Contas, utilizando-se o referencial teórico do desenho de políticas públicas como instrumento analítico para avaliar o planejamento, execução e resultados das políticas financiadas com os *royalties*.

Como instrumento principal de investigação, utilizou-se a análise dos Programas Plurianuais (PPA), disponibilizados pela Secretaria da Fazenda, que orientam as prioridades e a alocação dos recursos públicos no município. A partir desse mapeamento, buscou-se mensurar a proporção dos recursos provenientes dos *royalties* destinados à educação que foram efetivamente aplicados em programas, além de avaliar o impacto e a efetividade dessas ações públicas.

Nos PPA's 2018-2021 e 2022-2025, a Secretaria Municipal de Educação, Ciência e Tecnologia de Niterói figura como protagonista na execução do plano, alinhado à visão estratégica do município expressa no plano de longo prazo "Niterói Que Queremos 2013-2033". A área de educação está inserida na Área de Resultado "Niterói Escolarizada e Inovadora", que engloba programas como "Cidade Científica e Tecnológica", focado no desenvolvimento do conhecimento científico e tecnológico para preparar os jovens para os desafios contemporâneos, e "Educação para Todos", que visa o acesso universal à educação de qualidade, incluindo creches, pré-escolas, educação inclusiva e programas de jovens e adultos. As metas estabelecidas para 2021 incluíam universalizar o acesso à internet em todas as escolas públicas municipais, alcançar 95% de alfabetização até os 8 anos e reduzir o abandono escolar para 2%. O PPA também priorizou investimentos significativos em infraestrutura, formação continuada dos professores e modernização tecnológica das escolas. Entretanto, os desafios persistem, especialmente relacionados à urbanização de áreas carentes e à segurança dos estudantes em zonas de risco, o que limita o alcance das políticas.

Já o PPA 2022-2025 mantém o foco na educação de qualidade, estruturando metas em sete Áreas de Resultado, entre elas "Niterói Escolarizada e Inovadora". O plano destaca a importância de combater a evasão escolar e promover a permanência dos estudantes na rede, além da integração da tecnologia no ensino e a formação continuada dos docentes. Iniciativas como o "Participa Niterói" mostram o compromisso com a escuta ativa da população para alinhar as ações educacionais às demandas sociais, reforçando a transversalidade da educação com saúde e inclusão social. Embora o plano apresenta diretrizes mais gerais, é possível inferir a intenção de monitorar indicadores como taxas de alfabetização, acesso à educação infantil e desempenho acadêmico.

Na revisão bibliográfica, destaca-se a importância dos investimentos dos *royalties* na promoção de políticas públicas educacionais inclusivas e de qualidade. Agra e Costa (2021) apontam que a formação contínua dos professores e políticas inclusivas são essenciais para garantir o direito à educação de todos, principalmente dos estudantes com necessidades especiais. Rocha (2019) enfatiza a relevância da participação ativa dos jovens na formulação dessas políticas para construir uma educação mais democrática e alinhada às demandas sociais. Menezes (2019) ressalta que a inclusão educacional vai além da presença física na escola, envolvendo protagonismo e engajamento dos alunos. Vicente (2021) reforça que os *royalties*, quando aplicados com planejamento e transparência, podem transformar as condições das instituições públicas, favorecendo o aprendizado e a permanência dos jovens.

Os resultados parciais revelam que, apesar dos investimentos e esforços, os indicadores educacionais de Niterói ainda não atingem as metas nacionais estabelecidas pelo Ministério da Educação para o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). Em 2024, o IDEB dos anos iniciais do ensino fundamental foi de 5,0, abaixo da meta de 6,1, posicionando o município na 68ª colocação entre os 92 municípios do estado do Rio de Janeiro. Nos anos finais, o índice caiu

para 4,8 (meta 5,7) e no ensino médio, para 4,5 (meta 5,2). Embora haja projeções de melhoria até 2025, os valores continuam aquém das metas, o que evidencia a necessidade de políticas públicas mais eficazes, integradas e que envolvam não apenas o aporte financeiro, mas também estratégias pedagógicas, capacitação docente, infraestrutura adequada e ações socioeducativas.

A análise evidencia uma discrepância entre o volume de recursos investidos e os resultados educacionais, indicando limitações na gestão e execução das políticas públicas financiadas pelos *royalties*. Essa situação instiga uma reflexão crítica sobre a eficiência das ações e sua capacidade real de promover avanços estruturais na qualidade da educação básica. Como ressaltam Menezes (2019) e Fernandes e Almeida (2020), o sucesso das políticas educacionais depende da combinação de investimentos financeiros com estratégias pedagógicas eficazes, inclusão social, envolvimento comunitário e avaliação contínua para aprimorar as ações.

Assim, embora os *royalties* do petróleo tenham potencial para fortalecer as políticas públicas educacionais e beneficiar os estudantes de Niterói, os indicadores ainda apontam para desafios significativos na melhoria do desempenho acadêmico. O desafio maior é traduzir os recursos financeiros em benefícios que garantam equidade, inclusão e desenvolvimento integral dos estudantes, superando barreiras socioeconômicas e estruturais que impactam o rendimento escolar.

AGRA, M.; DA COSTA, V. A. Implementação das políticas públicas de educação inclusiva e formação de professores: experiências das escolas públicas de Niterói/RJ. *Revista Cocar*, [S. l.], v. 15, n. 32, 2021.

AGUIAR, Rafael Barbosa de; LIMA, Luciana Leite. Economia criativa e desenvolvimento: uma análise do desenho da política pública de São José dos Campos (SP). *Revista de Ciências Humanas*, [s. l.], v. 54, p. 1–20, 2020.

BRASIL, F. G.; ROCHA, H. S. Políticas de juventude em perspectiva comparada: entre o enquadramento do problema e a escolha de instrumentos. *Sociologias* (UFRGS), 2024. (no prelo).

FERNANDES, I.; ALMEIDA, L. *Teorias e modelos de políticas públicas: uma revisão das abordagens sobre o processo de políticas*.

HENRY DE SOUZA PAES, M.; PORTUGAL, R. Niterói and Oil: Local Public Revenues. *Boletim Petróleo, Royalties e Região - Campos dos Goytacazes/RJ - Ano XVI, nº 63, mai.-ago./2019*.

MENEZES, D. Educação Inclusiva: Incluir no âmbito escolar não é o mesmo que estar inserido no âmbito educacional. *Pesquisa e Prática em Educação Inclusiva*, Manaus, v. 2, n. 3, jan./jun. 2019.

NITERÓI. Lei nº 3.633, de 15 de setembro de 2021. Dispõe sobre a regulamentação do Fundo de Equalização da Receita – FER. Niterói: Câmara Municipal, 2021. Disponível em: <https://www.camaraniteroi.rj.gov.br>. Acesso em: 26 maio 2025.

NITERÓI. Lei Orgânica do Município de Niterói. Art. 149-A. Niterói: Câmara Municipal, [s.d.].

NITERÓI. Secretaria Municipal de Fazenda de Niterói. Parceria com a Universidade Federal Fluminense (UFF) e a Fundação Euclides da Cunha (FEC) para modelagem do Fundo de Equalização da Receita. Niterói, 2021.

PIRES, Adriano. *Niterói: um bom exemplo de gestão das receitas do petróleo*. Poder360, 27 fev. 2023.

ROCHA, H. S. Políticas de Juventude: Formação do Campo de Políticas Públicas no Brasil (1990-2005). *Agenda Política*, v. 7, p. 193–217, 2019.

ROCHA, H. S.; PIERO, A.; RIBEIRO, E. C. Políticas Públicas de Juventude no Brasil: as ideias de novos atores moldando a administração pública. *Revista Brasileira de Políticas Públicas e Internacionais*, v. 4, p. 129–147, 2019.

ROCHA, Heber Silveira. *Juventude e políticas públicas: formação de agenda, elaboração de alternativas e embates no Governo Lula*. 2012. 166 f. Dissertação (Mestrado em Administração Pública) – Escola de Administração de Empresas de São Paulo.

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE (UFF). *Relatório do Projeto Finanças dos Municípios (Finde)*. Niterói: FEC/UFF, 2017.

VICENTE, Débora da Silva. *Os royalties do petróleo e o financiamento da educação pelo Estado do Rio de Janeiro*. 2021. 205 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2021.